

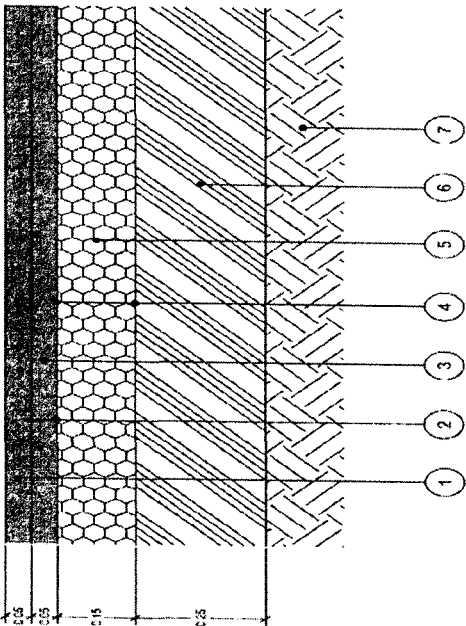
# BASE EM ASFALTO

NOTAS:

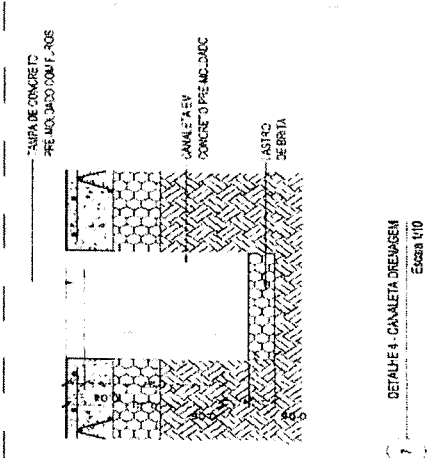
1. QUANDO NÃO INDICADO EM PROJETO, DEVE-SE CONSIDERAR DECLIVIDADE MÍNIMA DE 0.5% NO SENTIDO DO EIXO TRANSVERSAL OU LONGITUDINAL PARA AS EXTREMIDADES DA QUADRA DEVENDO NESTE CASO, TODOS OS AJUSTES DE DECLIVIDADE SEREM INDICADOS NO PREPARO DO SUB-LEITO.
2. A ATIVIDADE DO PRESENTE ELEMENTO É CONCEBIDO PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS E RECREATIVAS.

QUADRO 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - PAVIMENTO FLEXÍVEL

LEGENDA	MATERIAL
1	CONCRETO DE ALÇAGO 250x250x100 CM, 15 CM
2	SPRINTACURTO 150x150x100 CM, 15 CM
3	ENLITE
4	MADEIRA MISTURADA, 15 CM
5	ENLITE 150x150x100 CM, 15 CM
6	MADEIRA MISTURADA, 15 CM
7	MADEIRA MISTURADA, 15 CM
8	MADEIRA MISTURADA, 15 CM



DETALHE TÍPICO PAVIMENTO ASFALTICO  
Escala 1:10



DETALHE 4 - CANAL DE DRENAGEM  
Escala 1:10

1º Item – TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL

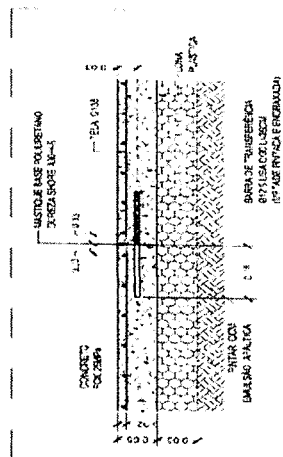
OBRIGATÓRIO

***OU***

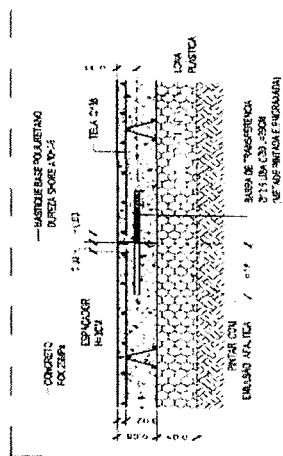
# BASE EM CIMENTO

## NOTAS:

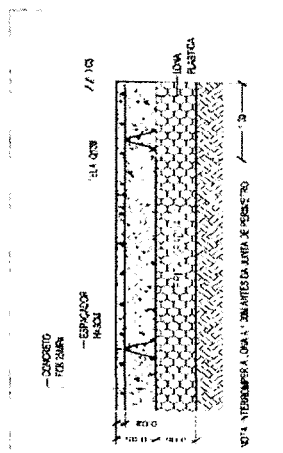
1. QUANDO NÃO INDICADO EM PROJETO, DEVE-SE CONSIDERAR DECLIVIDADE MÍNIMA DE 0,5% NO SENTIDO DO EIXO TRANSVERSAL OU LONGITUDINAL PARA AS EXTREMIDADES DA QUADRA DEVENDO NESTE CASO, TODOS OS AJUSTES DE DECLIVIDADE SEREM INDICADOS NO PREPARO DO SUB-LEITO.
2. A ATIVIDADE DO PRESENTE ELEMENTO É CONCEBIDO PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS E RECREATIVAS.



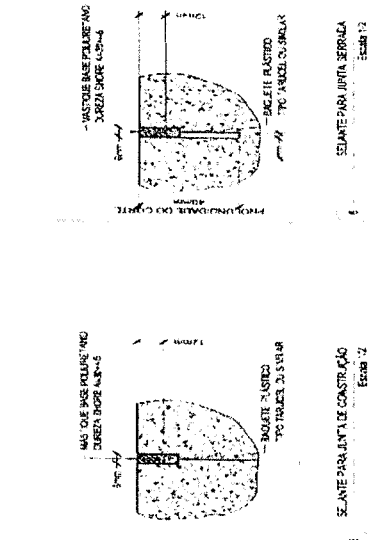
DETALHE 1 - JUNTA DE CONSTRUÇÃO  
Escala 1/10



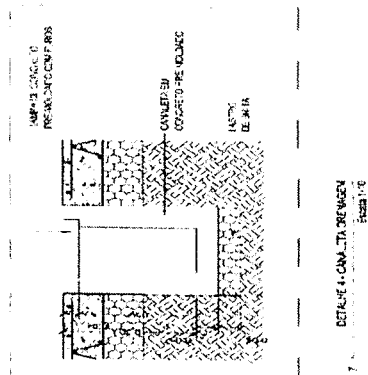
DETALHE 2 - JUNTA SERRADA  
Escala 1/10



DETALHE 3 - SEMETRO DO PISO  
Escala 1/10



DETALHE 4 - CANAL DE VAZIA  
Escala 1/10



DETALHE 5 - CANAL DE VAZIA  
Escala 1/10

**1º Item – TIMBRE DA PREFEITURA MUNICIPAL**

**OBRIGATÓRIO**

**12º Item – PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

42)

**DECLARAÇÃO**

Declaramos que as **AÇÕES** que visam a execução do objeto do convênio serão praticadas, fielmente, nos prazos preestabelecidos no ITEM 10 do presente Plano de Trabalho.

**13º Item – COMPROVAÇÃO DE QUE A CONVENIADA DISPÕE DE RECURSOS PRÓPRIOS PARA COMPLEMENTAR O ACORDO CONVENIAL – CONTRAPARTIDA MUNICIPAL**

43)

**DECLARAÇÃO**

Declaramos que o município assegura a construção da(s) base(s) de concreto ou asfáltica, conforme indicado no item 11º deste plano de trabalho e seguindo as especificações nele constante, para a instalação dos equipamentos do Projeto Areninha.

**14º Item – DECLARAÇÃO QUE PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO OBJETO DESTES CONVENÍO NÃO RECEBEU OUTROS RECURSOS**

44)

**DECLARAÇÃO**

Declaramos que não assinamos convênio com o mesmo objeto com outras Secretarias de Estado ou Ministérios.

**15º Item – LAUDO TÉCNICO DE ENGENHARIA**

45)

**LAUDO TÉCNICO**

Objeto do Convênio: PROJETO ARENINHA  
Local da Construção da Base: .....  
Engenheiro ou Arquiteto:.....

Realizei vistoria do local onde será executada a instalação dos módulos acima mencionados, e constatei que o terreno se encontra em condições de receber a construção da base, nos termos do item 11º, para instalação do objeto deste convênio, com toda infraestrutura necessária em atendimento a legislação Municipal, Estadual e Federal vigente. E, para confirmar a atual situação, encaminho fotos recentes, nítidas e coloridas do local.  
Cabe a mim, como Responsável Técnico da Prefeitura acompanhar a execução, liberar a obra de Construção da Base nos Termos deste Plano de Trabalho, bem como acompanhar a instalação dos módulos esportivos e emitir os Termos de "Recebimento Provisório e Definitivo".

**16º Item – ASSINATURAS**

46) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
(Local) (Data)

47) \_\_\_\_\_ 48) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Prefeito(a) Municipal** Cargo: **Gestor**

49) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: **Engenheiro/Arquiteto**

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO Nº 198/2021 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 198/2021 – PROCESSO Nº 15918-236-21.

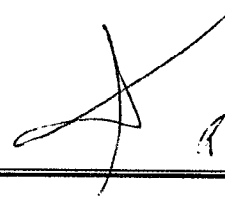
Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 198/2021, de autoria do nobre Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo e dá outras providências.

### DOS FATOS

Primeiramente, vale salientar, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica emitir parecer no tocante à necessidade ou não da celebração do mencionado Convênio, nem se o mesmo atende às necessidades do Município.

### No aspecto jurídico, ressaltamos o seguinte:

A competência sobre a celebração de Convênio cabe ao Prefeito Municipal, em conformidade com o artigo 14, inciso XVI e artigo 79, inciso XIII, da LOMRC, cabendo à Casa Legislativa deliberar sobre a autorização ou aprovação do mesmo.

 54  
198

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## DA LEGALIDADE

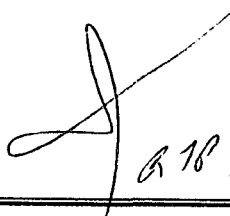

A legalidade vem estampada nos seguintes elementos:

A competência para dispor sobre a referida matéria, por se tratar de Convênio, cabe ao Prefeito Municipal.

A Lei Orgânica do Município de Rio Claro concede competência ao Sr. Prefeito para a iniciativa de Projeto de Lei complementar e ordinária, nos termos do artigo 44.

Para a aprovação do Convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo, faz-se necessária autorização legislativa, em conformidade com o art. 115, § único, da LOMRC.

Ressalte-se, que a presente autorização ao Poder Executivo para celebrar o mencionado convênio **acarretará despesas ao erário público**, uma vez que o Município deve reservar em seu orçamento os recursos necessários para fazer a base das quadras e disponibilização de água e energia elétrica face às despesas decorrentes deste convênio, sendo assim, a despesa somente será ordenada ou realizada com a existência de recursos orçamentários ou crédito votado pela Câmara, nos termos do art. 59 da LOMRC, **no caso em tela também está se dando a autorização para crédito suplementar se necessário.**

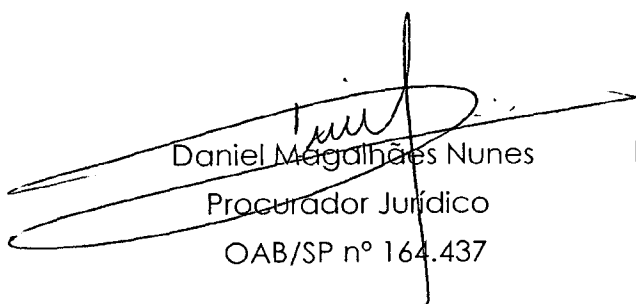
  55  
A 18


# Câmara Municipal de Rio Claro

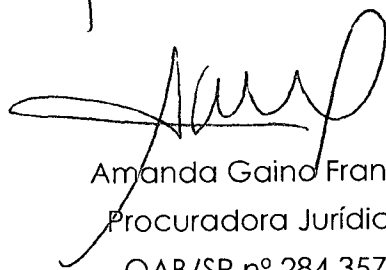
Estado de São Paulo

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**, deixando claro que além da disponibilização de água e energia elétrica, caberá também como contrapartida da Prefeitura a execução da base em concreto ou asfalto da arena de 20,5m x 50m para a realização dos Módulos 1 e 2, conforme itens 11 e 13 do Manual de Preenchimento do Plano de Trabalho – Projeto Areninha, sendo que não foi apresentada a dotação orçamentária para a realização do convênio.

Rio Claro, 13 de outubro de 2021.

  
Daniel Megalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 198/2021

PROCESSO Nº 15918-236-21

PARECER Nº 160/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo e dá outras providências).

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei, após a apresentação da Emenda Aditiva encaminhada através do O.f. D.E.063/21, do Poder Executivo.

Rio Claro, 25 de outubro de 2021.

  
**Pr. Diego Garcia Gonzalez**  
Presidente

  
**Moisés Menezes Marques**  
Relator

**Dermeval Nevoeiro Demarchi**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 198/2021

PROCESSO Nº 15918-236-21

PARECER Nº 152/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo e dá outras providências).

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei, após a apresentação da Emenda Aditiva encaminhada através do O.f. D.E.063/21, do Poder Executivo.

Rio Claro, 26 de outubro de 2021.



**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente



**Rafael Henrique Andreeta**  
Relator

**Sérgio Montenegro Carnevale**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 198/2021

PROCESSO Nº 15918-236-21

PARECER Nº 141/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo e dá outras providências).

A **Comissão de Políticas Públicas** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei, após a apresentação da Emenda Aditiva encaminhada através do O.f. D.E.063/21, do Poder Executivo.

Rio Claro, 27 de outubro de 2021.

  
Thiago Yamamoto  
Presidente

  
Irander Augusto Lopes  
Relator

  
Rodrigo Aparecido Guedes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 198/2021

PROCESSO Nº 15918-236-21

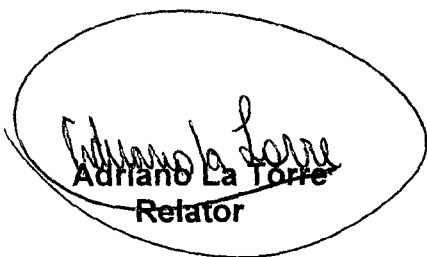
PARECER Nº 119/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo e dá outras providências).

Esta **Comissão** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei, após a apresentação da Emenda Aditiva encaminhada através do O.f. D.E.063/21, do Poder Executivo.

Rio Claro, 03 de novembro de 2021.

  
**Sivaldo Rodrigues de Oliveira**  
Presidente

  
**Adriano La Torre**  
Relator

  
**Vagner Aparecido Baungartner**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 198/2021

PROCESSO Nº 15918-236-21

PARECER Nº 028/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo e dá outras providências).

A Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei, após a apresentação da Emenda Aditiva encaminhada através do O.f. D.E.063/21, do Poder Executivo.

Rio Claro, 03 de novembro de 2021.



**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Presidente

**ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA**  
Relator

**CAROLINE GOMES FERREIRA**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 198/2021

PROCESSO Nº 15918-236-21

PARECER Nº 122/2021

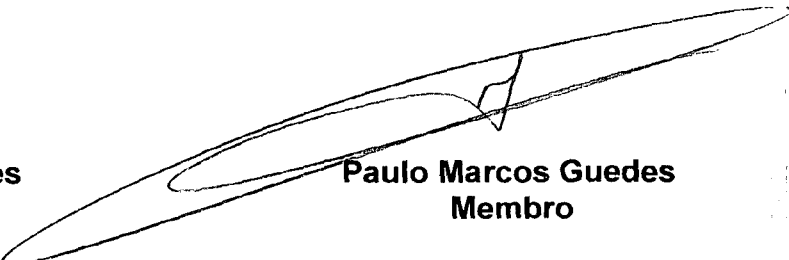
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Secretaria de Esporte do Estado de São Paulo e dá outras providências).

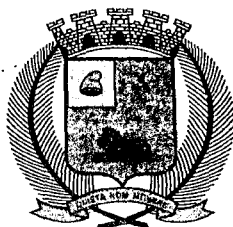
A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei, após a apresentação da Emenda Aditiva encaminhada através do O.f. D.E.063/21, do Poder Executivo.

Rio Claro, 04 de novembro de 2021.

  
Adriano La Torre  
Presidente

  
Geraldo Luís de Moraes  
Relator

  
Paulo Marcos Guedes  
Membro



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.063/21

Rio Claro, 19 de outubro de 2021

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para que seja submetida à apreciação e deliberação da Colenda Câmara de Vereadores, a presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 198/2021, o qual tem por objetivo acrescentar a rubrica orçamentária específica de onde sairão às verbas do município para a realização da contrapartida.

Tal medida somente está sendo adotada neste momento, uma vez que foi necessário realizar a transposição de dotações, já que a Secretaria de Esportes não dispunha inicialmente de previsão para tal gasto.

Esperando contar com a costumeira e proverbial atenção dessa Presidência e de todos os Edis na aprovação desta Emenda Aditiva, aproveito o ensejo para apresentar meus protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Prefeito Municipal

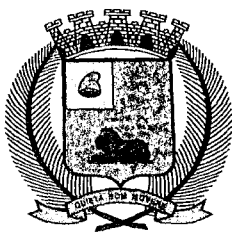
Excelentíssimo Senhor  
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO

EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE

19/10/2021

63

CN-SIFPM										CORAM									
Prefeitura Municipal de Rio Claro																			
Posicao de Dotacoes em : 18/10/2021																			
Por Orgao de 13.01.00 A 13.01.00 e Programa de 0000 A 9999																			
DATA 18/10/2021										Pagina 1									
Orgao	Economica	Funcional	Fonte	C. Apl.	Desp.	Descricao	Empenhado no Mes	Empenhado no Ano	Reservado	Dotacao	Saldo								
13.00.00						SEC. MUNICIPAL DOS ESPORTES E TURISMO													
13.01.00						DEPARTAMENTO DE ESPORTES													
	3.0.00.00.00					DESPESAS CORRENTES													
	3.1.00.00.00					PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS													
	3.1.90.00.00					APLICACOES DIRETAS													
	3.1.90.04.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02081	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
	3.1.90.11.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02082	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	4.612.919,17	1.759.480,83	6.372.400,00	0,00								
	3.1.90.13.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02083	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	114.238,87	114.238,87	272.000,00	0,00								
	3.1.90.16.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02084	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	157.761,13	60.046,00	180.000,00	0,00								
	3.1.90.94.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02657	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	119.954,00	7.385,69	10.000,00	0,00								
	3.1.91.00.00					APLICACOES DIRETAS - INTRA OFSS													
	3.1.91.13.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02085	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	2.614,31	236.993,67	742.000,00	0,00								
	3.3.00.00.00					OUTRAS DESPESAS CORRENTES													
	3.3.90.00.00					APLICACOES DIRETAS													
	3.3.90.30.00	27 813 3004 2001	01	11000000	02252	despesas de regime de adiantamento	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00								
	3.3.90.30.00	27 813 3004 2053	01	10003300	03365	manutencao do departamento	0,00	0,00	0,00	7.241,00	7.241,00								
	3.3.90.30.00	27 813 3004 2053	01	11000000	02089	manutencao do departamento	0,00	153.497,73	1.136,14	174.559,00	19.925,13								
	3.3.90.36.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02668	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	10.743,33	13.256,67	24.000,00	0,00								
	3.3.90.36.00	27 813 3004 2053	01	11000000	02090	manutencao do departamento	4.920,00	218.824,80	0,03	226.900,00	8.075,17								
	3.3.90.39.00	27 813 3004 2001	01	11000000	02080	despesas de regime de adiantamento	0,00	14.113,29	0,00	27.000,00	12.886,71								
	3.3.90.39.00	27 813 3004 2020	01	11000000	02086	campeonato municipal de futebol- arbi	0,00	7.920,00	0,00	30.000,00	22.080,00								
	3.3.90.39.00	27 813 3004 2021	01	11000000	02087	jogos regionais e jogos abertos	0,00	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00								
	3.3.90.39.00	27 813 3004 2053	01	10003300	03366	manutencao do departamento	0,00	1.000,00	0,00	18.264,00	17.264,00								
	3.3.90.39.00	27 813 3004 2053	01	11000000	02091	manutencao do departamento	0,00	765.785,21	108.873,64	944.056,20	69.397,35								
	3.3.90.49.00	27 813 3004 2002	01	11000000	02093	desenvolvimento e implementacao de r.	0,00	225,00	375,00	600,00	0,00								
	3.3.90.92.00	27 813 3004 2053	01	11000000	03309	manutencao do departamento	0,00	12.804,03	0,00	12.804,03	0,00								
	4.0.00.00.00					DESPESAS DE CAPITAL													
	4.4.00.00.00					INVESTIMENTOS													
	4.4.90.00.00					APLICACOES DIRETAS													
	4.4.90.51.00	27 813 3004 1001	01	10003970	03401	construcao, reforma e ampliacao	0,00	0,00	0,00	4.999,00	4.999,00								
	4.4.90.51.00	27 813 3004 1001	01	10004120	03429	construcao, reforma e ampliacao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
	4.4.90.51.00	27 813 3004 1001	01	11000000	02078	construcao, reforma e ampliacao	0,00	0,00	0,00	17,02	17,02								
	4.4.90.51.00	27 813 3004 1001	02	10004120	03431	construcao, reforma e ampliacao	0,00	0,00	0,00	158.983,98	158.983,98								
	4.4.90.52.00	27 813 3004 2053	01	11000000	02094	manutencao do departamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
	4.4.90.92.00	27 813 3004 2053	01	11000000	03403	manutencao do departamento	0,00	5.480,00	0,00	5.500,00	20,00								
			TOTAL			DEPARTAMENTO DE ESPORTES	4.920,00	6.588.648,33	2.301.786,54	9.227.424,23	336.989,36								
			TOTAL			SEC. MUNICIPAL DOS ESPORTES E TURISMO	4.920,00	6.588.648,33	2.301.786,54	9.227.424,23	336.989,36								
			TOTAL			TOTAL GERAL	4.920,00	6.588.648,33	2.301.786,54	9.227.424,23	336.989,36								



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 198/2021

(Acrescenta dispositivo ao Projeto de Lei nº 198/2021 e dá outras providências.)

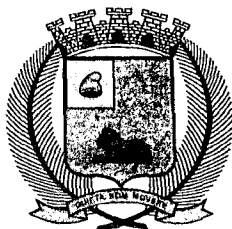
Artigo 1º - Fica acrescido de um Parágrafo Único, o Artigo 2º do Projeto de Lei nº 198/2021, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - As despesas decorrentes da contrapartida de responsabilidade do Município, para fins de implantação do "Projeto Areninha", serão oriundas da rubrica orçamentária 13.01.00 4.4.90.51.00 27 813 3004 1001 02.".

Rio Claro,

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Prefeito Municipal





# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.061/21

Rio Claro, 15 de outubro de 2021

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o presente Projeto de Lei que visa obter autorização dessa Nobre Casa Legislativa para a implantação de um sistema de controle de tráfego, especialmente de caminhões, na Estrada Municipal RCL 350, a ser instalado em trecho do primeiro quilômetro que se inicia na Rodovia Wilson Finardi - SP 191, na direção da Rodovia Washington Luiz - SP 310, bem como outras vicinais que se encontram em situação análoga.

Vem de longe o problema que envolve os moradores do Bairro São Bento, localizado na zona rural de Rio Claro, que há décadas utilizavam os acessos dos Kms 183+200 e 184+800 da Rodovia Washington Luiz para se dirigirem ao centro e aos outros bairros da Cidade e que, em fevereiro deste ano, por iniciativa da concessionária Eixo SP, foram impedidos de continuar a utilizá-los.

A fuga de pedágio, razão do fechamento dos acessos é um problema crônico. Prejudica a concessionária, que faz vultosos investimentos na malha viária e, de modo vil aos moradores dos bairros localizados na zona rural, em especial do São Bento.

Ademais, atinge também o erário municipal que deixa de arrecadar o ISS que incide toda vez que um veículo paga as tarifas na praça de pedágio.

A zona rural tem sido esquecida ao longo dos anos e urge atentarmos para os graves problemas que penalizam aos moradores. É o que ocorre com o Bairro São Bento e outros contíguos. Por ficarem distantes do centro da Cidade, quando os moradores precisam dos serviços públicos disponíveis à população em geral, tais como ambulâncias, resgate e combate a incêndios, defesa civil, segurança pública, transporte escolar, não são atendidos uma vez que a estrada que dá acesso ao bairro não oferece condições mínimas de trânsito.

Foi o que aconteceu recentemente, quando um ônibus que transportava passageiros pela Rodovia precipitou-se num barranco localizado nas imediações do bairro. O local em que o veículo se encontrava, estivessem abertos os acessos fechados pela concessionária, seria facilmente alcançado pelas viaturas e unidades de resgate que, para chegarem às vítimas, depois da perda de um tempo precioso, recorreram ao favor de uma empresa localizada na beira da Rodovia, que abriu seus portões.

Outra situação, que só não teve desfecho trágico em razão da ação rápida dos moradores e empresas locais, foi o incêndio que irrompeu no mato seco no dia 23 de julho e se avolumou de tal forma que ameaçou destruir casas, fábricas, plantações e animais, cobrindo o bairro com densa nuvem de fumaça asfixiante. Na ocasião foi acionado o Corpo de Bombeiros, que não conseguiu chegar ao local, uma vez que a estrada não permite o tráfego do caminhão Auto Bomba Tanque, que era o adequado para atender a ocorrência.

66



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

2.

Em razão disso, o sistema de controle de tráfego que se pretende implantar na Estrada Municipal RCL 350 tem, não somente a finalidade de impedir a evasão de veículos do pedágio localizado no Km 181+300 metros da Rodovia Washington Luiz - SP 310, mas é também uma forma de permitir que a concessionária Eixo SP promova a reabertura dos acessos que por ela foram fechados, regularizando-os.

Insta aduzir que a pretendida regularização já foi objeto de requerimento dirigido à ARTESP - Agência Reguladora do Transporte do Estado de São Paulo e à concessionária EIXO SP.

Desta forma, contando com o encaminhamento e aprovação deste Projeto Lei, renovo protestos de consideração e estima.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO

67



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 205/2021

(Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências)

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350, que será instalado em trecho do primeiro quilômetro da via, iniciada a partir da Rodovia Wilson Finardi - SP 191 e em direção à Rodovia Washington Luiz - SP 310.

Parágrafo Único - O sistema de controle de tráfego também poderá ser instalado em outras estradas vicinais municipais, caso identificadas situações semelhantes, à critério da Administração Municipal.

Artigo 2º - O sistema de controle de que trata esta Lei terá por finalidade impedir a passagem, em especial de caminhões, que se utilizam daquela via para empreenderem fuga do pedágio localizado na Km 181+300 da Rodovia Washington Luiz - SP 310.

§1º - Para a consecução dos propósitos desta Lei poderá o Poder Executivo contar com a cooperação técnica e material das empresas localizadas nas áreas atingidas pelo controle.

§ 2º - Eventuais veículos de carga utilizados pelos moradores e empresas da região, assim como aqueles que escoam a produção ou que transportam produtos ou materiais utilizados pelas empresas e produtores locais, terão tráfego autorizado mediante prévia identificação.

Artigo 3º - Incumbirá a Guarda Civil Municipal monitorar, por meio de câmeras, o funcionamento efetivo do sistema de controle de tráfego, com vistas a identificar possíveis atos de violação, assim como disciplinar a forma como se dará a identificação dos veículos de que trata o § 2º.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Prefeito Municipal

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
Luciana R.O. Moreira	33.124.247-3
Maria Eduarda R. Moreira	49.922.977-0
Tassiane Aparecida Dutra de Oliveira	43.788.379-6
José Derivisson do nascimento	4050992-5
Denilson Adilson dos Santos	4313708-3
Alisson Luciano de Silva	3854617-5
Thaís Maria dos Santos Pereira	268121988-83
Jonathan Henrique Dos Santos Silva	523860738/50
Aparecida de Souza Peres	35-402-949-9
Maria de Souza Peres	2880620000
Marcelo de Souza Peres	2880620000
Eugenio Romero	4780145-1
Cleide Ortiz	7420930-0
Ricardo Romero	35.401710-6
Roberto Romero	29.311429-X
Esuel Carlos Romero	30718142-5
Ricardo José Braz	33.658400-4
Francisco dos Santos	45.722.913-7
Edvaldo Santo Barboza	7.400641-X
Silvana Oliveira	42.718218-9
Adriel Santo Barboza	50.940.111-2





ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
-------	------

<u>Eusébio Dias de Oliveira</u>	<u>2734777</u>
<u>Edna de Fátima Franchin Dias de Oliveira</u>	<u>6.524.253-1</u>
<u>Antônio Roberto de Souza</u>	<u>20677099-2</u>
<u>Maria Fernanda D. Oliveira</u>	<u>28.351.469-3</u>
<u>Karen Fernanda Lanzella Gato</u>	<u>366.083.668-07</u>
<u>Rodrigo Natalino Routh Gato</u>	<u>343.464.848-83</u>
<u>Magda Maria Lanzella Santos</u>	<u>48.570.733-1</u>
<u>Ricardo Santos</u>	<u>40.185.210-6</u>
<u>Adriana Rêata Magui Lanzella</u>	<u>44.920.961-1</u>
<u>Luís Carlos Sperber de Mattos Santon</u>	<u>33.317.199-8</u>
<u>Apereido Argemiro Lahn de Souza</u>	<u>7.769.437-5</u>

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
maria de fatima dos s. grella	17.206.196-9
luiz Carlos grella	17.766-722-9
Alessandra dos Santos Vicente	22.637.535-3
Ivan Carlos Vicente	33.676.480
Pamela Maria Grella	48.590.257-6
cheila Regina de Souza Santos	34.638.833-8
Bryan Carvalho de Souza	62.549.392-8
Nice Sena Santos Souza	16.389.613-6
Paula Antonio de Souza	9.587.016-7
William Carlos de Souza	48.579.192-4
Francisco Borges dos Santos	17.206.027-8
Adonias Borges dos Santos	20.085.975-4
Luiz Roberto dos Santos	20.630.447
Alessandro Cristina de Oliveira	44452018-1
Luiza Vitória dos Santos	64.107.355-0
Aline Roberta de O. dos Santos	55863881
Lucas Alessandro de Castro	50280.2686
maria de Lourdes Hummel	21989444-9
Xoséio Adriano de Lima	46.811.853-6
Marcelo Rodrigo Homagella	33.124.219-9
Simone Ap. Sh. Corroira	24455436-5



ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
Wolfgang D. Dillbeal	98195421
Quirino D. Dillbeal	52.537.102-5
Marcos Roberto Soares	33124370-2
Francisco Albo E. de Figueiredo	2480503
Antonio C Bruno	21.102.591
Odair P. Romarato	9.482.172
Tiago Manoel Smauato	41.376.536-2
Vander Cunha de Souza	29.143.296-7
Roberto Pedro de Souza	29587625-6
Indrônio C de Jesus Romazella	40.327.983-8
José Luis de Jesus	11.529.364-9
Eliana de Oliveira Jesus	18.459.112
Renata Paulo de Jesus	26.894.993.1
Juliana P. J. Carneiro de Jesus	41.260.867-4
José Renato de Jesus	32.572.697-8
João P de Jesus	59.350.363-6
Luís A de Jesus	59.350.388-0
Ana Carolina J. Teixeira	41.548.900-3
Ymara Letholdo Figueiredo	48.554.756-9
Marcia Pinke	19.624.072-8
Jana Paula Lima Carneiro	41.261.547-1

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
Larissa Aparecida Thomazella	46.767.657-4
Odete da Silva Thomazella	28.484.776-3
Dinorci Antonio	14.096.962
Marilda Ap. Cordeiro Thomazella	14.374.402-3
Thomazella	11.530.648-1
Evaldo Francisco Isler	11.375.451-9
Wilson Isler	84.293.37-8
Alvaro Nilton Isler	73.022.73-2
Paulo Isler	11.715.268
Lorival Isler	7.772.088
Geraldo Thomazella	15.164.477-9
Santa Elisia Thomazella	19.699.156-0
Eduardo Z. Thomazella	33.124.532-1
Elton Henrique Thomazella	33.124.538-3
Antonio Marcos Thomazella	8091.338-6
Odete da Silva Thomazella	11.716.493-8
Lúcia Estari Thomazella	19.699.155-9
Mauro Geraldo Thomazella	7.498.454-7
Richard A. Thomazella	33.676.142-9
Luiz Carlos da Silva	1.651. <del>111</del> 939
Marina Ap. Capenazzo da Santa	36.637.274-8

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
Maria Ap Thomazella	- 19.376.246
Marta Rosa Thomazella	- 11.530.912
Herminia O Thomazella	- 19.139.153
Luiz da C Thomazella Marchesini	- 19.376.245-6
Sam Ap Marchesini	- 18.459.537
Antonio de Jesus Thomazella	- 7.797.946
Josefa da Silva Thomazella	- 19.139.154
Julia Thomazella Marchesini	- 57.744.103-6
Fernando L C Corache	- 34.954.679.4
Reinaldo Aluizio Pompeo	- 34.954.614.9
VERA LUCIA BASSO Pompeo	- 15.570.496.5
Reinaldo Ap Pompeo	- 9.587.185

**Nome:** \_\_\_\_\_ **R.G.** \_\_\_\_\_

४४

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
Cidemi José Degli Esposti	8.410.846-0
Alaide do Carmo D'Amorim Degli Esposti	21833032-7
Roque de Oliveira Naves	66.083.636-1
Fabio do Carmo de S. Lb	30837271
Vagner Cassinatti	23016995-8.
Vagner Carlos de J. Junior	449000218-14
Dormival José Mazzini Sartori	6.755.583-4
Bruna de Oliveira Tomazella	474225835
Ana claudia Basso Tomazella	44318.404-5
Erika Alessandra Tomazella	45.934.200-9
Gisele Pires da Costa	33.331394-x

Nome: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_

79



ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
-------	------

Maric Amilô - de Oliveira Victoriano	26.166.236-3
Rodrigo Ruiz Victoriano	27.567.736-9
Julia de Menezes	57.187.175-6
<del>Edson Lopes de Oliveira</del>	<del>60.327.660-8</del>
Maria Valente Costa de Oliveira	17.377-657-9
Alexandre Lopes de Oliveira	8.629.809
Regina Lopes de Oliveira	29.533.637-7
Virginia Maria Alves	41.608.138-1
Grizete Lopes de Oliveira	43.361.787-1
Julia Lopes de Oliveira	45.244.210-2
Levi Samuel Tschornag	6.574.087.7



ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
-------	------

Sônia Regina Duarte Neder	20.630.211
Erildo Rogério Gulla	215 702 55875
Edemilson Donizete Palau	19577 0626
Rozemere Ep Gulla Calau	19 577 06.26
Fátima Elfrida Gulla	27671848-3
Moisés Jorge Lélis Neder	Rg 7.892.986-6

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
-------	------

Yuri Damasceno de Carvalho 49.995.922-X

José Carlos dos Santos

ISAIAS DINIZ SANTOS 67.223.026-4

Marcos de Jari da Silva 43.491.626

Galvão C. Martins 44.237.973-0

Elizotaro André de Santos 05500304500

Edmilson Roberto Thomazella 12265398-1.

Amadeu Alcides 44.026.250-1

Aliny Thomazella 41.357.345-X

Fátima Ap. P. Camargo THOMAZELLA 15.164.969-8

Rodrigo Romão de Andrade 66.956.703-6

Davi do Nascimento 30.935.869-3

Bruno Cesar Gattarello 48.533.276-0

Ingred da Silva G. Rodrigues 45.516.368-6

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
William Carlos Cano	32.891.076-4
Julia Alexia Comato Silva	54.703.149-X
Matheus Sales da Silva	53.405.803-4
Daniel B. Comato	24.458.428-X
Rosi Maria Comato	13.585.945-1
Rui Barro	8.022.160-9
Epasilda de S. Lucia Barro	15.570.504-0
Alex Sander José da Silva	41.714.578-0
Comila Cristina Gomes Barbosa	43.361.321-X
Stephania da Silva Araújo	46.838.949-0
Camile Cruz	48.231.828-5
Marcus Vinicius dos Santos	27.433.219-Y
Xherroma Monique de Jesus	43.844.330-0
Sueli Comato	20.115.391-9
Guilherme Comato B. Picoli	54.260.791-8
Juacy Logo de Souza	38.812.762-0
Josiane Cristina C. Santana	26.166.063-9
Patricia Fernanda Santana	33.317.304-1
Antônio Souza Santana	33.676.779-1
Evellin Antônio Dias da Silva	41.299.131-24
Vanessa Regina de Souza Santana	27.902.037-846

ABAIXO ASSINADO DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO BENTO E TAMBÉM DAQUELES QUE RESIDEM EM PROPRIEDADES DISTRIBUÍDAS AO LONGO DA ESTRADA MUNICIPAL RCL 350, CONCORDANDO COM A IMPLANTAÇÃO, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, DO SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO NA REFERIDA ESTRADA, COM O FIM DE IMPEDIR A FUGA DO PEDÁGIO DE CAMINHÕES QUE TRANSITAM NA ROD. WASHINGTON LUIZ, PERMITINDO, COM ISSO A ABERTURA DOS ACESSOS FECHADOS NESTA RODOVIA PELA CONCESSIONÁRIA EIXO - SP E POR MAIS SEGURANÇA DOS MORADORES.

Nome:	R.G.
<u>Adrião Adriano de Lima</u>	<u>46.811.853-6</u>
<u>Rosemeire Favores Garcia</u>	<u>33.129.548-6</u>
<u>Vanderlei Garcia</u>	<u>32031485-6</u>
<u>Leandro Lustosa</u>	<u>44.848.993-4</u>
<u>JOSÉ CARLOS DA SILVA</u>	<u>9249 975</u>
<u>Antonio Marcos Soares Moreira</u>	<u>30.782.468-8</u>
<u>Vandete Soares Moreira dos Santos</u>	<u>20.085.492-6</u>
<u>Jefferson Antonio Galvão dos Santos</u>	<u>17.766.125-2</u>
<u>Juliana Adler</u>	<u>41.357.474-X</u>
<u>Giame Aparecida Soares Moreira Adler</u>	<u>18.800.536-5</u>
<u>José Carlos Adler</u>	<u>11.976.005-8</u>
<u>Valter Soares Moreira</u>	<u>7.839.236</u>
<u>José Agnes Marques</u>	<u>54 645124</u>
<u>Marcos Paulo Soares Moreira</u>	<u>27.866.453-2</u>
<u>FABIO ROMULO DA SILVA</u>	<u>28619946.4</u>
<u>Katia Lishiane Cardoso</u>	<u>25.210.629.5</u>
<u>Alexandre Rodrigo da Silva</u>	<u>33.317.248-0</u>
<u>Maria Augusta Polezel da Silva</u>	<u>15162748-4</u>
<u>Leila Aparecida da Silva</u>	<u>44.049.304-3</u>
<u>João Polezel</u>	<u>7-376779-7</u>
<u>Paulina Ap. Polezel</u>	<u>21.570.111-2</u>

# Câmara Municipal de Rio Claro

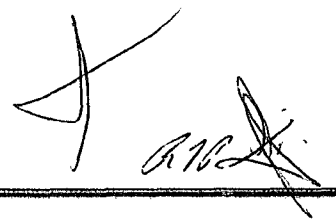
Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 205/2021 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI  
Nº 205/2021 - PROCESSO Nº 15925-243-21.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 205/2021, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

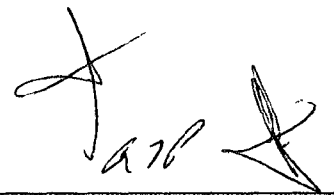
O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências.

Na justificativa do Projeto de Lei o Senhor Prefeito Municipal relatou que a propositura visa autorização do Poder Legislativo para a implantação de sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350, bem como outras vicinais que se encontram em situação análoga, com a finalidade de impedir a evasão de veículos do pedágio localizado no KM 181+ 300 metros da Rodovia Washington Luiz – SP 310, assim como possibilitar que a concessionária Eixo SP promova a reabertura dos acessos que foram fechados, regularizando-os.

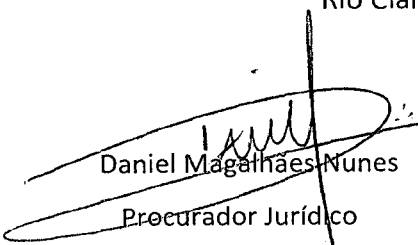


# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o **Projeto de Lei em apreço reveste-se de legalidade.**

Rio Claro, 21 de outubro de 2021.



Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

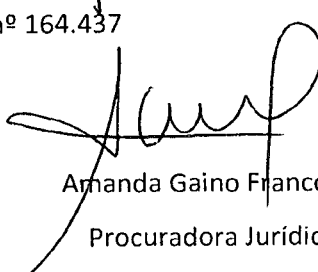
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaino Franco

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 205/2021

PROCESSO Nº 15925-243-21

PARECER Nº 162/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências).

A Comissão de Constituição e Justiça acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei.

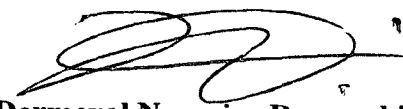
Rio Claro, 25 de outubro de 2021.



**Pr. Diego Garcia Gonzalez**  
Presidente



**Moisés Menezes Marques**  
Relator



**Dermeval Nevoeiro Demarchi**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 205/2021

PROCESSO Nº 15925-243-21

PARECER Nº 154/2021

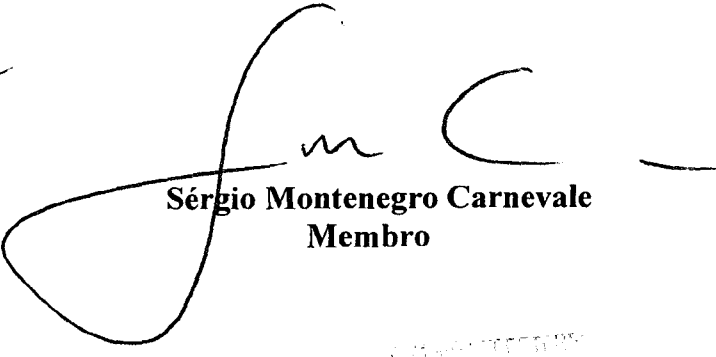
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências).

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 25 de outubro de 2021.

  
**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente

  
**Rafael Henrique Andreeta**  
Relator

  
**Sérgio Montenegro Carnevale**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 205/2021

PROCESSO Nº 15925-243-21

PARECER Nº 143/2021

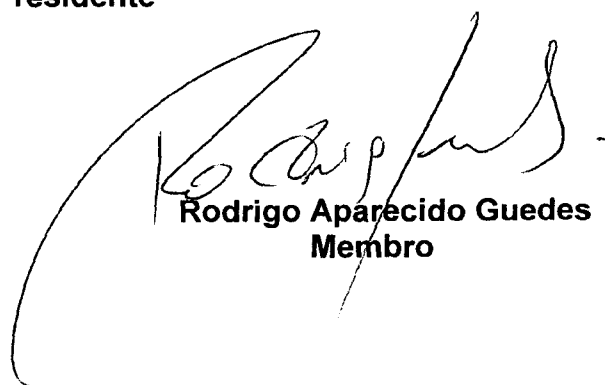
O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências).

A **Comissão de Políticas Públicas** acata a opinião da Procuradoria Jurídica, e opina pela **Aprovação** do Projeto de Lei.

Rio Claro, 26 de outubro de 2021.

  
**Thiago Yamamoto**  
Presidente

  
**Irander Augusto Lopes**  
Relator

  
**Rodrigo Aparecido Guedes**  
Membro

COPIA AUTÊNTICA

2021.10.26

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 205/2021

PROCESSO Nº 15925-243-21

PARECER Nº 121/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências).

Esta **Comissão** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 27 de outubro de 2021.

  
**Sivaldo Rodrigues de Oliveira**  
Presidente

**Adriano La Torre**  
Relator

**Vagner Aparecido Baungartner**  
Membro



PROCURADORIA

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO,  
POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE**

**PROJETO DE LEI Nº 205/2021**

**PROCESSO Nº 15925-243-21**

**PARECER Nº 029/2021**

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências).

A Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente, acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei.

Rio Claro, 03 de novembro de 2021.

**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
Presidente

  
**ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA**  
Relator

**CAROLINE GOMES FERREIRA**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 205/2021

PROCESSO Nº 15925-243-21

PARECER Nº 132/2021

O presente Projeto de Lei de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, (Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350 e dá outras providências).

A **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS** acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 04 de novembro de 2021.

**Adriano La Torre**  
Presidente

  
**Geraldo Luís de Moraes**  
Relator

  
**Paulo Marcos Guedes**  
Membro


PROJETO Nº 205/2021  
PARECER Nº 132/2021

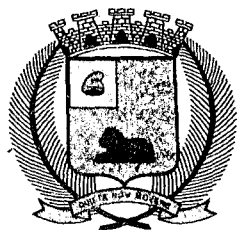
**EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ JULIO LOPES DE ABREU AO PROJETO DE LEI Nº 205/2021.**

1. **EMENDA MODIFICATIVA** - O Artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar sistema de controle de tráfego na Estrada Municipal RCL 350, que será instalado em trecho do primeiro quilômetro da via, iniciada a partir da Rodovia Wilson Finardi – SP 191 e em direção à Rodovia Washington Luiz – SP 310, e também, na estrada vicinal que interliga a Rodovia Washington Luiz a Rodovia Irineu Penteado (bairro Fazendinha) no Distrito de Batovi.

Rio Claro, 11 de Novembro de 2021.

  
**JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU**  
**Vereador “Julinho Lopes”**  
**2º Secretário**  
**Líder dos Progressistas**



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

O.f.D.E.050/21

Rio Claro, 30 de agosto de 2021

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para que seja submetido à apreciação e deliberado pela Colenda Câmara de Vereadores o Projeto de Lei em anexo, o qual estabelece novas diretrizes referente ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM no âmbito do Município de Rio Claro.

Em que pese vigente esse importante serviço de inspeção em nosso Município, pelo qual se propiciou a instalação de dezenas de empresas, geradores de emprego e tributos, fato é que se apresenta essencial a atualização legislativa, a fim de corrigir falhas existentes na hoje vigente.

Cabe esclarecer que essas falhas estão a por em risco a continuidade do cadastramento do Município junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), situação essa que jamais podemos imaginar ocorrer, em especial por depender essencialmente de mera adequação legislativa.

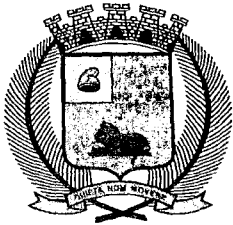
Não bastasse isso, a presente legislação também prevê a possibilidade de cadastramento do Município para o licenciamento de todas as demais modalidades existentes, o que propiciará a instalação de novas empresas, pois são pouquíssimas as cidades que possuem essa plenitude de licenciamentos.

Diante do exposto e contando com a honrosa atenção de Vossa Excelência e dos nobres membros desse Legislativo Municipal, aguarda-se a aprovação do Projeto de Lei em anexo.

Atenciosamente,

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS  
DD. Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 207/2021

(Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) de Produtos de Origem Animal do Município de Rio Claro e dá outras providências.)

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Silvicultura e Manutenção, com jurisdição em todo território municipal, conforme Artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, regendo-se pela Lei Federal nº 1.283/1950 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - A presente lei deve ser analisada em consonância aos princípios e regras da sanidade agropecuária, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, Lei Federal nº 8.171/1991, Decreto Federal nº 5.741/2006, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Fica estabelecida a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não-comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 3º Estão sujeitos à inspeção e fiscalização previstas nesta Lei:

- I. Animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;
- II. Leite e derivados;
- III. Ovos e derivados;
- IV. Pescado e derivados;
- V. Produtos de abelhas e derivados.

Art. 4º A inspeção e fiscalização de que trata esta lei, far-se-ão:

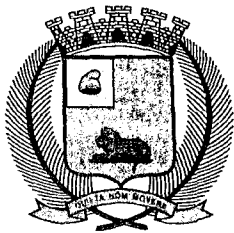
- I. Nos estabelecimentos industriais especializados destinados ao abate de animais;
- II. Nos estabelecimentos que, de modo geral, recebem, manipulam, armazenam, conservam ou acondicionam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal para beneficiamento e/ou industrialização, com o objetivo de consumo e/ou comercialização;

§ 1º Fica ressalvada a inspeção e fiscalização das casas atacadistas e dos estabelecimentos varejistas, que competem aos órgãos públicos de saúde, consoante à legislação específica em vigor.

§ 2º Os trabalhos do Serviço de Inspeção Municipal - SIM e da Vigilância Sanitária serão desenvolvidos em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade.

97





# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

2.

Art. 5º A inspeção e fiscalização de que trata esta Lei se darão:

- I. Em caráter permanente, para a realização dos procedimentos de inspeção e fiscalização *ante mortem* e *post mortem*, em estabelecimentos de abate das diferentes espécies de animais;
- II. Em caráter periódico nos demais estabelecimentos registrados junto ao Serviço de Inspeção Municipal, devendo atender aos procedimentos e critérios estabelecidos em normas complementares.

Art. 6º A atividade de inspeção e fiscalização é obrigatória, de ação direta, privativa e não delegável, é de atribuição de servidores públicos Auditores Fiscais Municipais Agropecuários, com formação em Medicina Veterinária, pertencentes ao quadro efetivo do Município, com poder de polícia, tendo livre acesso, em qualquer dia ou hora, a qualquer estabelecimento, para a verificação do cumprimento das determinações dispostas na legislação específica ou dos dispositivos regulamentares.

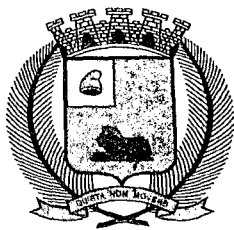
Parágrafo único. O Auditor Fiscal Municipal Agropecuário poderá ter equipe que lhe auxilie nas atividades de inspeção sanitária e industrial composta por Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal pertencente ao quadro efetivo do Município, ou por ocupantes dos demais cargos efetivos de atividades técnicas, respeitadas as devidas competências.

Art. 7º Em virtude de sua importância para a saúde pública, as atividades de inspeção e fiscalização industrial e sanitária constituem-se de serviço urgente e inadiável, devendo o Município garantir a disponibilidade de recursos humanos na quantidade necessária para sua execução.

Parágrafo único. Para facilitar o desenvolvimento das atividades em consonância com o SUASA, o Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros Municípios, com o Estado de São Paulo e com a União.

Art. 8º A regulamentação desta Lei abrangerá:

- I. As disposições preliminares e do âmbito de atuação
- II. A classificação geral;
- III. O registro de estabelecimentos;
- IV. As condições gerais dos estabelecimentos;
- V. A inspeção e fiscalização industrial e sanitária;
- VI. Os padrões de identidade e qualidade;
- VII. O registro de produtos, a embalagem, a rotulagem e os carimbos de inspeção;
- VIII. A análise laboratorial;
- IX. O trânsito e certificação sanitária de produtos de origem animal;
- X. As responsabilidades, as medidas cautelares, as infrações, as penalidades e o processo administrativo;
- XI. As taxas e multas;
- XII. Disposições finais e transitórias, que se tornarem necessárias para maior eficiência dos trabalhos de inspeção e fiscalização industrial e sanitária.



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

3.

Art. 9º Os estabelecimentos sujeitos à inspeção e fiscalização industrial e sanitária somente poderão funcionar mediante prévio registro e autorização do SIM, conforme Lei Federal nº 7.889 de 1989.

§ 1º Deverão ser submetidos à aprovação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM projetos visando a construção, instalação, remodelação ou ampliação do estabelecimento, que implique aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias-primas, dos produtos ou dos funcionários, e o recebimento e aprovação da documentação será de competência do médico veterinário responsável pelo SIM.

§ 2º As instalações do estabelecimento processador de produtos de origem animal obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, conforme normas complementares, sendo respeitadas as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção.

Art. 10 Todas as ações da inspeção e fiscalização sanitária e industrial serão executadas visando a segurança alimentar e a educação sanitária, buscando comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral.

§ 1º Afim de promover a preservação da saúde única, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º O Serviço de Inspeção Municipal – SIM, no âmbito da competência fixada nesta Lei, deverá unir esforços com os demais órgãos públicos com a finalidade de combater a clandestinidade de produtos de origem animal destinados ao consumo da população, podendo, para tanto, requisitar força policial.

Art. 11 As infrações a que são submetidos os estabelecimentos, serão apuradas em processo administrativo próprio, juntamente às sanções e penalidades, sem prejuízo da responsabilidade de natureza cível e penal cabível.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas pelo Serviço de Inspeção Municipal – SIM terão natureza pecuniária, além de consistir em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 12 Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido adulterado, o SIM deverá adotar, isolada ou cumulativamente, as medidas cautelares cabíveis conforme descrito em regulamento.

Art. 13 Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

99